

CIÊNCIAS PARTICIPATIVAS APLICADAS AO PATRIMÔNIO CULTURAL

**JONAS DE ALMEIDA NEU¹; JOÃO VICTOR DOS SANTOS ROSSALES²;
JULIANA BAPTISTA FERREIRA²; JULIANA CAVALHEIRO RODRIGHIERO³**

¹Universidade Federal de Pelotas – jonasneus@gmail.com

²Universidade Federal de Pelotas – jrossales24@gmail.com

Universidade Federal de Pelotas – ju_unesp@yahoo.com.br

³Universidade Federal de Pelotas – juliana.rodrighiero@gmail.com

1. INTRODUÇÃO

O patrimônio cultural é entendido como o conjunto de bens, materiais e imateriais, que expressam e testemunham a identidade, a ação, a memória e a criatividade dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira. Para Viñas (2003) esse conjunto de referências culturais é reconhecido por um grupo de pessoas e exerce influência sobre ele. Apesar de sua importância histórica e social, a preservação do patrimônio cultural enfrenta diversos desafios que estão pautados especialmente pela limitação de recursos financeiros e a escassez de profissionais especializados. Tais elementos colaboram para a desvalorização e o esquecimento de sua relevância pela população. Como consequência, esses fatores comprometem a proteção e a transmissão dos bens culturais às gerações futuras.

Nesse cenário, as ciências participativas aplicadas ao patrimônio cultural se apresentam como uma estratégia capaz de envolver ativamente cidadãos, comunidades e grupos sociais nas suas diversidades nos processos de preservação, aproximando especialistas e sociedade para promover uma salvaguarda mais colaborativa e inclusiva. As ciências participativas representam pesquisas e investigações que envolvem além dos cientistas (pesquisadores e profissionais), cidadãos e núcleos não científicos (DICKINSON E BONNEY, 2012; NIELSON, 2012).

O projeto de pesquisa intitulado Ciências Participativas Aplicadas ao Patrimônio Cultural tem como objetivo principal investigar e identificar práticas e metodologias que incorporam a participação social nos processos de restauração e conservação de bens culturais, com foco especial em bens arquitetônicos, móveis e integrados. Busca-se compreender como essa participação pode ser integrada ao trabalho do conservador-restaurador, ampliando os diálogos entre conhecimentos técnicos e saberes comunitários, de modo a fortalecer a preservação e promover maior engajamento da sociedade na valorização do patrimônio cultural.

A relevância deste estudo reside no potencial de estreitar as relações entre profissionais da restauração e comunidades, fortalecendo a valorização coletiva do patrimônio cultural. Ao incentivar práticas colaborativas, a pesquisa se alinha a uma visão contemporânea da restauração, que defende a participação social como elemento central para que a preservação atenda às necessidades e expectativas da sociedade — na medida do possível. Dessa forma, pretende-se não apenas avançar com a teoria contemporânea da restauração, mas também oferecer subsídios para a criação e consolidação de metodologias participativas aplicáveis a diferentes contextos, incluindo situações de desastres naturais e conflitos.

Para alcançar esses objetivos, o projeto prevê um levantamento bibliográfico em diferentes idiomas, a seleção de estudos de casos nacionais e internacionais, entrevistas com especialistas e a aplicação de métodos participativos, como

mapeamento colaborativo e grupos focais. Espera-se que os resultados obtidos contribuam para ampliar o uso das ciências participativas na preservação do patrimônio cultural e sirvam de referência para profissionais, pesquisadores e instituições da área.

Rodrighierio (2023), por exemplo, no trabalho intitulado “A Restauração participativa como metodologia de preservação do patrimônio cultural: um estudo relacional entre Brasil e França” apresentou pelo menos seis diferentes modalidades de restauração participativa, sendo elas: provocada, voluntária, de fato, por mecenato, concedida e em rede. Para Porta (2012), a participação direcionada ao patrimônio resulta no diálogo com as comunidades nos quais se busca enfatizar os valores culturais e identitários, a fim de ampliar os significados culturais e sociais. Quando as pessoas não se veem representadas nessas etapas, cria-se um distanciamento que enfraquece a relação com a cultura de preservação e gera uma sensação de estranhamento e de não pertencimento. É importante destacar que a ausência de participação da sociedade na definição de valores e nos processos de identificação do patrimônio compromete o seu reconhecimento como tal (JEUDY, 2005).

Nesse contexto, as ciências participativas podem atuar como uma aliada da educação patrimonial que surge como ferramenta essencial, e pode ser definida como:

“um processo permanente e sistemático de trabalho educacional centrado no Patrimônio Cultural como fonte primária de conhecimento individual e coletivo. A partir da experiência e do contato direto com as evidências e manifestações da cultura, em todos os seus múltiplos aspectos, sentidos e significados, o trabalho de Educação Patrimonial busca levar as crianças e adultos a um processo ativo de conhecimento, apropriação e valorização de sua herança cultural, capacitando-os para um melhor usufruto desses bens, e propiciando a geração e a produção de novos conhecimentos, num processo contínuo de criação cultural” (HORTA; GRUMBERG; MONTEIRO, 1999, p. 6).

A importância da pesquisa participativa está em criar espaços de diálogo que aproximem diferentes grupos sociais, especialmente as camadas populares, do debate sobre patrimônio, preservação e identidade. Neste sentido, para Chagas (2013, p. 27), “a educação, o museu e o patrimônio são campos de tensão e de devoração”, e é nesse encontro entre saberes técnicos e saberes vividos que o patrimônio adquire significado coletivo. Assim, a educação patrimonial não se trata apenas de manter de pé objetos e edificações, mas de conservar vivos os sentidos, memórias e afetos que os acompanham. Quando a comunidade se vê e se reconhece nesse processo, o patrimônio deixa de ser algo distante e passa a fazer parte da vida cotidiana, garantindo sua permanência e relevância para as próximas gerações.

2. METODOLOGIA

A metodologia do projeto “Ciências Participativas aplicadas ao Patrimônio Cultural” baseia-se na pesquisa exploratória em diretórios acadêmicos. O levantamento bibliográfico orientado pela busca e sistematização de textos acadêmicos e documentos oficiais, tanto nacionais quanto internacionais com foco na produção italiana, espanhola e francesa sobre teorias da restauração e metodologias participativas é a espinha dorsal deste projeto. Após a leitura, os

textos são fichados e discutidos em grupo com base nos conceitos e diretrizes utilizadas pelos autores. A partir desse exercício colaborativo entre os pesquisadores, ferramentas participativas são selecionadas para a construção de um escopo metodológico para as etapas posteriores da pesquisa.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

O projeto de pesquisa Ciências Participativas Aplicadas ao Patrimônio Cultural iniciou em 1º de junho e, até o momento, encontra-se em sua fase inicial. Nesses primeiros meses, as atividades concentraram-se no levantamento bibliográfico e na análise de referenciais teóricos que possam sustentar as etapas posteriores da pesquisa. Entre os materiais estudados, destaca-se a publicação *People-Centred Approaches to the Conservation of Cultural Heritage: Living Heritage* (ICCROM, 2015), que serviu como base para compreender o papel central das comunidades — de lugar, de interesse ou de prática — nos processos de preservação.

O trabalho desenvolvido até agora, incluiu a busca e sistematização de textos acadêmicos, relatórios institucionais e documentos oficiais, nacionais e internacionais, que discutem teorias contemporâneas da restauração e metodologias participativas. Observou-se que este é um campo ainda pouco explorado no Brasil, o que se refletiu na dificuldade de localizar publicações e estudos aprofundados sobre o tema em contexto nacional.

Paralelamente, foram analisados os conceitos apresentados pelo ICCROM sobre as vantagens de uma abordagem centrada nas pessoas, que incluem benefícios mútuos para comunidades, profissionais e gestores, além do fortalecimento dos vínculos sociais e culturais em torno do patrimônio. Essas diretrizes têm orientado a construção do escopo metodológico do projeto, ajudando a identificar possíveis ferramentas a serem aplicadas, como mapeamento cultural, oficinas participativas, grupos focais e estratégias de interpretação patrimonial. As ações até o momento serviram para estabelecer as bases teóricas e definir ferramentas metodológicas.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Embora o projeto Ciências Participativas Aplicadas ao Patrimônio Cultural esteja em sua fase inicial, foi possível estabelecer avanços importantes no delineamento conceitual e metodológico da pesquisa. O levantamento bibliográfico realizado até o momento permitiu reunir referências nacionais e internacionais que tratam de metodologias participativas na preservação do patrimônio cultural, destacando-se as diretrizes propostas pelo ICCROM (2015) no documento *People-Centred Approaches to the Conservation of Cultural Heritage: Living Heritage*. Um dos principais resultados parciais foi a constatação de que, no contexto brasileiro, a abordagem participativa ainda é pouco explorada no campo da conservação e restauração, o que dificulta o acesso a fontes e estudos aprofundados sobre o tema. Essa lacuna reforça a relevância do projeto, que busca contribuir para ampliar o conhecimento e incentivar práticas colaborativas na área.

Dentre os principais desafios, destacam-se a escassez de literatura nacional, a necessidade de adaptar metodologias estrangeiras à realidade brasileira e de criar estratégias para engajar a comunidade de forma contínua. Como lição, percebe-se que construir um referencial sólido demanda tempo e que

o diálogo com experiências internacionais é essencial para inspirar soluções inovadoras localmente.

Para as próximas etapas, pretende-se avançar na identificação e análise de estudos de caso, na realização de entrevistas com profissionais da área e na experimentação de ferramentas participativas que possam ser aplicadas a diferentes tipos de bens culturais. Futuras investigações poderão explorar, de forma mais aprofundada, a relação entre participação comunitária e sustentabilidade das ações de preservação, bem como mensurar os benefícios sociais, culturais e econômicos gerados por essa abordagem.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CHAGAS, M. Educação, museu e patrimônio: tensão, devoração e adjetivação. In: TOLENTINO, A. B. (Org.). **Educação patrimonial: educação, memórias e identidades**. João Pessoa: IPHAN, 2013. Cap.4 p. 27–31.

DICKINSON, Janis; BONNEY, Rick. **Citizen science: Public participation in environmental Research**. N.Y.: Cornell University Press, 2012.

HORTA, M. de L. P.; GRUNBERG, E.; MONTEIRO, A. Q. **Guia básico de educação patrimonial**. Brasília: IPHAN; Museu Imperial, 1999.

JEUDY, H. P. **Espelho das cidades**. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2005.

PORTA, P. Política de Preservação do Patrimônio Cultural no Brasil. **Diretrizes, linhas de ação e resultados (2000-2010)**. Brasília: MEC/IPHAN, 2012.

NIELSEN, Michael. **Reinventing discovery : The new era of networked science**. Princeton. N.J.: Princeton University Press, 2012.

RODRIGHIERO, J. C. **A restauração participativa como metodologia de preservação do patrimônio cultural: um estudo relacional entre Brasil e França**. Tese. (Doutorado em Memória Social e Patrimônio Cultural e Doutorado em Antropologia) - Programa de Pós-Graduação em memória Social e Patrimônio Cultural, Instituto de Ciências Humanas, Universidade Federal de Pelotas em cotutela com o Laboratoire Interdisciplinaire de Recherche Sociétés, Sensibilités, Soin (LIR3S) da École Doctorale Sociétés, Espaces, Pratiques, Temps da Université de Bourgogne Franche-Comté, Pelotas, 2023.

VIÑAS, S. M. **Teoría contemporánea de la restauración**. Madrid: Editorial Síntesis, S.A, 2003.